



Edição impressa produzida pelo jornal Tribuna Independente com circulação diária em bancas e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado no site: <https://tribunaindependente.com.br>

ECONOMIA

TRIBUNA INDEPENDENTE

MACEIÓ - ALAGOAS
QUINTA-FEIRA,
31 DE MARÇO DE 2022

Publicidade Legal

Sanama Saneamento Alta Maceió S.A.

CNPJ nº 21.316.170/0001-50

Balancos Patrimoniais	Nota	2021	2020
Ativo/Circulante		55.932	13.680
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.275	158
Contas a receber		2.585	-
Ativo financeiro	5	28.279	13.348
Impostos a recuperar		192	17
Outros créditos		601	157
Não Circulante		111.261	79.004
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro	5	33.109	27.822
Ativo de Contrato	5	67.788	41.887
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	10.092	8.030
Outros créditos		61	71
		111.500	77.810
Imobilizado	6	211	194
Intangível		1	1
Capital social		211	194
Total do Ativo		167.193	91.684

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Capital a Integralizar	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2020	45.000	(734)	(14.884)	29.382
Prejuízo do exercício			(624)	(624)
Saldos em 31/12/2020	45.000	(734)	(15.508)	28.558
Prejuízo do exercício			(4.445)	(4.445)
Saldos em 31/12/2021	45.000	(734)	(20.151)	24.113

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 8 de outubro de 2014, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativa nº 079/2014 ("Contrato"), celebrado com a Companhia de Saneamento de Alagoas (a "CASAL"), decorrente da Concessão Nacional cujo objeto consiste na: "Implantação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da parte alta de Maceió"; "Operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da parte alta de Maceió"; "Realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização, cobrança e gestão comercial visando o incremento de arrecadação da CASAL"; "Como parte alta da cidade de Maceió entende-se o recorte geográfico composto pelos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da parte alta de Maceió de Negócios de Benedito Bentes da CASAL. O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de eficácia do contrato que é aquela em que estiverem implementadas as condições suspensivas, que deverão ser implementadas pelas partes em prazo não superior a 180 dias. Depois de cumprido todos os requisitos, a CASAL emitirá a competente Ordem de Serviço que marcará a Data de Vigência do Contrato, ocasião em que a Sociedade deverá: • Dar início às obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da parte alta de Maceió de acordo com o cronograma da licitação; • Dar início imediato dos serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização, cobrança e gestão comercial visando o incremento de arrecadação da CASAL, nos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 de Maceió. • Após as assinaturas na Ordem de Serviço iniciar-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para transferência para a Concessionária Operação e consequente início dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da parte alta de Maceió; • Decorrido o prazo de até 48 (quarenta e oito) meses previsto no cronograma para a conclusão das obras, a concessionária deverá operar e manter o Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 de Maceió. O valor estimado do contrato é de R\$289.544 composto pela remuneração dos serviços de esgotamento sanitário na Área da Participação Pública Privada (PPP), acrescida do incremento de faturamento advindo da redução da inadimplência da Área da Participação Pública Privada prevista no Termo de Referência. Em 31 de dezembro de 2021 parte das obras de construção de tratamento de esgoto foram finalizadas e colocadas em operação. A Sanama também vem prestando serviços relacionados a gestão comercial e realizando obras lineares. **1.1. Impactos da COVID-19:** A Sociedade, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção da contaminação da COVID-19. Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID-19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde. Entre as medidas prioritárias estabelecidas políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contatos sociais na empresa. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra a COVID-19. É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não identificou impactos materiais decorrentes das demonstrações contábeis. O efeito financeiro e econômico para o exercício em longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Sociedade continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **2. Base de preparação das demonstrações contábeis:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente estas, foram preparadas de acordo com as respostas às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas no item 1.1. **2.5. Declaração de conformidade:** A projeção para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção. Estimativas e pressupostos são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICP-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **Determinação das receitas de construção:** Quando executada ou contrata serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão. A receita de construção auferida e o custo de obra incorrido referem-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória da parte alta da cidade de Maceió. As receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o Município de Maceió (Poder Concedente) não prevê margem de lucro na construção. **Momento de reconhecimento do ativo financeiro:** O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passará a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão. **2.5. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potencialmente diluidoras em circulação durante o exercício. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados e são aplicadas às demonstrações contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. **4. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da

Balancos Patrimoniais	Nota	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		46.044	29.027
Empréstimos e financiamentos	7	4.060	946
Arrendamento Mercantil		-	11
Fornecedores		824	2.051
Obrigações sociais		614	487
Obrigações fiscais		363	216
Tributos diferidos		229	-
Partes relacionadas	8	38.598	23.623
Outras obrigações		1.346	1.693
Não Circulante		97.036	34.099
Empréstimos e financiamentos	7	95.815	30.689
Provisão para contingências		21	-
Outras obrigações		1.200	3.410
Total do passivo		143.080	63.126
Patrimônio Líquido		24.113	28.558
Capital social		44.266	44.266
Reserva de lucros retidos		(20.153)	(15.708)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		167.193	91.684

Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo pelo resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos de outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. **b. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. A Provisão para Crédito por Indicação Duvidosa é constituída de acordo com o balanço em estimativas de perda. **c. Ativo financeiro da concessão:** A Sociedade reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual excedente das obras contratadas. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato. **d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Um ativo financeiro é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirar; A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **ii. Passivos financeiros:** A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente classificados como passivos circulantes se o pagamento dos passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo tipo, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento de aquisição e subsequentemente pelo custo amortizado, com base nos empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (por taxa temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito de compensação ou expectativa de compensação, ou se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros é determinado negociados em mercados financeiros organizados e determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesse); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 15. **3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **3.3. Imposto de renda e contribuição social:**

Demonstrações do Resultado do Exercício	Nota	2021	2020
Receita Líquida	10	62.546	32.731
Custo dos Serviços Prestados	11	(50.616)	(25.241)
Lucro Bruto		11.930	7.490
Recargas (Despesas) Operacionais:			
Gerais e administrativas	11	(5.117)	(4.267)
Outras despesas operacionais, líquidas	11	(5.116)	(3)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		6.814	3.220
Resultado Financeiro: Receitas financeiras	12	827	53
Despesas financeiras	12	(14.148)	(4.496)
Prejuízo antes dos Impostos		(6.507)	(1.223)
Imposto de Renda e Contribuição Social: Correntes	13	2.062	399
Diferidos		2.062	399
Prejuízo do Exercício		(4.445)	(824)
Demonstração do Resultado Abrangente		2021	2020
Prejuízo do Exercício		(4.445)	(824)
Total do resultado abrangente do exercício		(4.445)	(824)

Contribuição social: Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **1. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para contribuição social. **4. Reconhecimento das receitas e despesas:** As receitas de operação e as despesas são apropriadas de acordo com o período de competência. **3.5. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras. **3.6. Normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021:** **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Contratos de seguros (IFRS 17); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Representados por:

	2021	2020
Caixa	5	5
Bancos	60	153
Aplicações Financeiras	24.210	158
Total	24.275	216

As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas entre 96,5% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
5. Ativo financeiro e de contrato:		
Ativo financeiro	61.389	41.170
Ativo de contrato	67.788	41.887
Total	129.176	83.057
Ativo circulante	28.279	13.348
Ativo não circulante	100.897	69.709

Ativo de contrato: O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Sociedade de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção, o mesmo é classificado como Ativo financeiro, a movimentação do ativo no período é o seguinte:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	41.887	24.083
Adições (i)	35.981	17.804
Transferências (ii)	(10.980)	-
Saldo no final do exercício	67.788	41.887

(i) O saldo refere-se às adições efetuadas no exercício de ativo em construção. (ii) O saldo refere-se às transferências efetuadas no período para Ativo financeiro devido à conclusão das obras. **Ativo financeiro:**

	2021	2020
Custo investimento	57.352	40.356
Atualização pela taxa de retorno (i)	28.924	11.911
Recebimentos	(22.722)	(9.646)
Impairment - ativo financeiro	(1.846)	(1.451)
Saldo Final	61.388	41.170
Ativo circulante	28.279	13.348
Ativo não circulante	33.109	27.822
Total	129.176	83.057

(i) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 19,75% ao ano, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa refere-se à contrapartida entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de Concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 67.007, distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais. A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

	2022	2023	2024
2022	28.279		
2023	33.549		
2024	67.348		
Após 2024		61.388	41.170
Total	129.176		

Computadores e periféricos	Instalações	Benefícios e móveis terceiros	Direito de Uso do Arrend. Mercantil	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	95	91	173	459
Adições	7	10	41	58
Alienações/baixas	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	102	101	208	411
Adições	24	24	6	54
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	126	125	214	465
Depreciação acumulada	(22)	(18)	(88)	(128)
Saldo em 1º janeiro de 2020	(11)	(11)	(6)	(28)
Depreciação	(33)	(29)	(143)	(205)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(44)	(40)	(94)	(178)
Depreciação	(12)	(12)	(26)	(50)
Alienações/baixas	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(56)	(52)	(120)	(228)
Valor contábil líquido em 31/12/2020	69	72	169	311
Valor contábil líquido em 31/12/2021	70	73	194	337
Ativo útil (anos)	5 a 10	2 a 13	5 a 10	

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

7. Empréstimos e financiamentos:	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	99.875	31.635
Total	99.875	31.635

8. Contas a pagar com partes relacionadas:	2021	2020
Con-tas a pagar operacionais	(604)	140
Custos/ despesas operacionais	23.483	(355)
Total	38.598	23.623

9. Patrimônio líquido:	2021	2020
Capital social	44.266	44.266
Reserva de lucros retidos	(20.153)	(15.708)
Total	24.113	28.558

Modalidade e encargos	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	2021	2020
Financiamentos anuais				
Estruturado:				
Banco do Nordeste S.A.	(*) IPCA + 0,13858% a.m.	15/01/2039	99.875	31.635
Total			99.875	31.635
Passivo circulante			4.060	191
Passivo não circulante			95.815	26.215

(*) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. O financiamento contratado com o Banco do Nordeste S.A., em 19 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 134.558, tem como objetivo a implantação do sistema de esgotamento sanitário da parte alta da cidade de Maceió. A primeira liberação de empréstimo ocorreu em 26 de julho de 2019. O prazo total do contrato é de 235 meses com 24 meses de carência e 211 meses de amortização. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamentos trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principal serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 15 de janeiro de 2039. Em 31